



GABINETE DO PREFEITO – CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BURITI DO TOCANTINS

LEI Nº 13/2017

Buriti do Tocantins – TOCANTINS, 05 de maio de 2017.

Certidão de Publicação
CERTIFICO, para os fins de direito que o(a) presente foi
publicado(a) na íntegra DOM - Diário Oficial do Município de Buriti do Tocantins nº
05, do dia 05/05/2017.
Secretário Municipal de Administração
WENDELL SILVA MIRANDA
Secretário de Planejamento e
Gestão Administrativa
Portaria 001/2017

“Dispõe sobre a doação de Área Pública Municipal destinada a construção de 100 (cem) casas populares do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Entidades e dá outras providências.”

CONSIDERANDO que a AMABICO possui habilitação no Ministério das Cidades para absorver a demanda habitacional de 1.000 (hum mil) famílias;

CONSIDERANDO a crescente demanda por moradias populares para famílias de nossa cidade e visando a garantia do direito à moradia digna;

CONSIDERANDO que o Município de Buriti do Tocantins dispõe de um IMÓVEL URBANO: (CASAS POPULARES NA TO – 201), com área total de 15.011,12 m², (quinze mil, onze metros e doze centímetros quadrados), localizado na altura do Km 96, TO-201 no sentido da cidade de Buriti do Tocantins à Cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins, registrado sob o nº R-01 M-873 LV-2-“D” FLS-244, que poderá ser utilizado para projetos habitacionais.

O PREFEITO DE BURITI DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, senhor **Américo dos Reis Borges**, no uso de suas atribuições constitucionais legais faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu, com base na Lei Orgânica do Município, SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Buriti do Tocantins - TO autorizado a promover a doação de cem (100) lotes, às famílias inscritas no **PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV**, selecionadas pela **ASSOCIAÇÃO DAS MÃES NO BICO DO PAPAGAIO - AMABICO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.875.549/0001-18, sediada na Praça Bernardo Sayão nº. 41, Centro, Araguatins - TO, Estado do Tocantins.

Art. 2º- Os lotes descritos no parágrafo único do art. 1º, desta lei, destinam-se exclusivamente à construção de unidades habitacionais populares de baixa renda, no âmbito deste município através do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, podendo ser alienado, cedido, arrendado no todo e/ou em parte, devendo ser mantida a sua finalidade, sob pena de reversão ao patrimônio municipal

Art. 3º - Fica concedido o prazo de 36 (trinta e seis) meses, após a data de publicação desta Lei, para ocorrerem a transferência de propriedade aos futuros habitantes e o averbamento das referidas construções conforme previsão de cronograma aprovado pelo agente financeiro.

Art. 4º- Ficam concedidos incentivos fiscais para os empreendimentos que visam atender o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCV do Governo Federal, na seguinte forma:

I – Dispensa de 100% (cem por cento) do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, incidente sobre a transação relativa à primeira aquisição do imóvel



GABINETE DO PREFEITO – CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BURITI DO TOCANTINS

pelo beneficiário final, não alcançando em nenhuma hipótese, as transmissões posteriores;

II – Dispensa de 100% (cem por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU do imóvel do empreendimento, compreendido entre a inclusão do imóvel no PMCMV até a conclusão da obra;

III – Simplificação do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, com aplicação de alíquota de 1% (um por cento) sobre o preço dos serviços relacionados às obras e serviços de engenharia do empreendimento, inclusive das subempreitadas, já computada a dedução de materiais;

IV – Dispensa do pagamento de 100 % (cem por cento) das taxas incidentes sobre o empreendimento, compreendido entre a inclusão do imóvel no PMCMV até a conclusão da obra, inclusive.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo fica condicionado à certificação, por parte do órgão próprio do Município, de que o empreendimento está compreendido no PMCMV.

Art. 5º - Todos os benefícios fiscais previstos nesta Lei serão imediatamente cancelados, respondendo o empreendedor pelo pagamento dos tributos devidos com os acréscimos legais, decorrentes, nos seguintes casos:

I – projetos que não sejam aprovados junto aos órgãos próprios, em qualquer esfera, inclusive os agentes financeiros;

II – haja desistência, por parte da entidade, de inclusão do empreendimento no PMCMV;

III – os usuários finais não se enquadraram nos requisitos estipulados pelo Governo Federal para inclusão no PMCMV.

Art. 6º- O Conselho Municipal de Habitação é o órgão competente para verificação do disposto nos artigos 2º e 3º desta Lei, ficando responsável pela emissão de relatório circunstanciado, destinado aos órgãos de controle social e a ao Poder Executivo.

Art. 7º- Fica estabelecida a revogação desta lei, por Decreto, em caso de descumprimento dos termos apostos bem como pelo interesse público, desde que este seja justificado ou mesmo motivado com a devida justificação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor com data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS,
Estado do Tocantins, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete (05/05/2017).


Américo dos Reis Borges
Prefeito Municipal

Wendell Silva Miranda
Secretário Municipal de Administração